

Dora Kramer*

Lula passa recibo e ajuda Flávio

O time do presidente levou um susto quando viu Flávio Bolsonaro (PL) subir nas pesquisas e compartilhar com Luiz Inácio da Silva (PT) o favoritismo nas intenções de votos a serem efetivados (ou não) em outubro próximo.

Daí divulgou-se que haveria mudança de estratégia na campanha à reeleição de Lula, com ofensiva pesada sobre o adversário até então menosprezado. A julgar pelo primeiro lance de reação direta contra o senador, falta pensamento estratégico nessa investida.

Em favor dos conselheiros, consta ter sido ideia de Lula cancelar de última hora a ida ao Chile para a cerimônia de posse de José Antonio Kast porque Flávio estava na lista de convidados. Do desprezo passou a dar ao rival lugar de honra em sua agenda. De graça, o senador ganhou a prerrogativa de pautar os passos do presidente da República.

Lula iria na condição de chefe de Estado, figura de destaque na cena principal da solenidade, com direito a reunião bilateral com o empossado. Ao oponente, por mais identidade ideológica que tenha com o dono da festa, estaria reservado um papel

secundário.

Inevitável a impressão de que o presidente brasileiro fugiu da raia, e numa conjuntura em que estaria mais bem colocado. De modo desnecessário fez uma desfeita, cometeu uma descortesia diplomática, submeteu um ato de governo à lógica político-eleitoral e mais uma vez mostrou como deixa o clima de campanha contaminar o exercício da Presidência.

Se acreditou mostrar-se superior ao não frequentar o mesmo evento que o adversário, Lula errou na avaliação, pois criou uma situação de paridade. O episódio pode parecer desimportante, mas ganha relevância se examinado no contexto do plano para dar combate ao primogênito do ex-presidente.

O espectro do pai, Jair, até há pouco interessou a Lula como contraponto de palanque. O desempenho inicial de Flávio, no entanto, mostrou que o sobrenome, em vez de representar um passivo, pode ser um ativo a exigir expertise estratégica mais elaborada do Palácio do Planalto.

***Jornalista e comentarista de política**

Vicente Loureiro*

Os riscos em precificar o futuro

O futuro é um tempo que ainda não existe. Repleto de possibilidades e previsões, pode tanto ser moldado por tendências previsíveis e até quantificáveis quanto por influências e eventos inesperados. Mora nele, portanto, sempre alguma incerteza. Por isso é chamado também de porvir, o que ainda não veio. Análises e projeções podem apontar suas múltiplas possibilidades, mas não possuem o condão de determiná-lo. A ciência da futurologia contemporânea recomenda considerá-las alternativas e plurais, reconhecendo as limitações das previsões e da probabilidade.

Quanto mais longo for o horizonte de tempo para olhar à frente, mais difíceis e imprecisas ficarão as projeções. Talvez por conta disso, destino, sorte e acaso gravitem em torno da compreensão do que nos reserva o futuro.

Levanto tais considerações para tratar do risco de demanda em contratos de concessão, especialmente de rodovias, quase sempre definido previamente e deixado sob responsabilidade exclusiva das concessionárias. Esses contratos têm evoluído, tentando responder melhor às dificuldades de confirmação das receitas previstas, causadas pelas incertezas verificadas no tráfego de veículos. Na certa sujeitos a “pegadinhas” do futuro.

Menor número de veículos que o esperado, mudanças no comportamento do usuário, competição entre modais de transporte, pandemias, novas tecnologias e seus aplicativos, entre outras causas, têm contribuído para que, em diversos casos, o volume de tráfego seja inferior ao projeta-

do, impactando diretamente as receitas de pedágio e a sustentabilidade econômica e financeira da concessão.

Em geral, os projetos de concessão rodoviária estabelecem a receita dependendo exclusivamente do tráfego de veículos. Sua variação acentuada para baixo pode tornar inviáveis a amortização dos investimentos previstos e o custeio das operações. Quanto maior for o prazo do contrato, maior será o risco de demanda. Nesse caso, cabe constatar que surpresas do futuro nem a Deus pertencem.

Especialistas da academia, da prática regulatória e jurídica têm se dedicado a apontar saídas para a redução do risco de demanda, principalmente em contratos nos quais o volume de tráfego previsto não é alcançado. Propõem mecanismos de compartilhamento de riscos entre o poder concedente e as concessionárias, reduzindo a ocorrência de pesados desequilíbrios contratuais ou mesmo a devolução antecipada de concessões.

Garantias de receita mínima, adoção de ajustes tarifários automáticos ou até mesmo a extensão dos prazos contratuais, nos casos em que os riscos de demanda fiquem significativamente distante do esperado, têm sido cada vez mais utilizadas, visando compartilhar ou mitigar tais riscos. Continuam imprescindíveis os esforços de previsão. Não se pode esquecer que o futuro é dinâmico e traz sempre consigo a possibilidade de surpreender. Não fosse assim, não seria futuro.

***Arquiteto e urbanista**

Vinícius Lummertz*

Quando Brasília não aprende com o Brasil

Existe um velho ditado português que atravessou séculos e chegou intacto ao Brasil: em casa de ferreiro, espeto de pau. A imagem descreve uma contradição conhecida. O ferreiro fabrica ferramentas de metal para todos, mas na própria casa acaba usando um espeto de madeira. Quem domina a técnica não a aplica a si mesmo.

Poucas metáforas explicam tão bem um paradoxo persistente da política brasileira.

Pesquisas recentes indicam que cerca de um terço dos brasileiros avalia positivamente o governo Lula. Levantamentos do Ipsos-Ipec apontam 33% de avaliação ótimo ou bom, patamar semelhante ao observado por outros institutos. O dado não é inédito na história presidencial brasileira, mas chama atenção quando comparado com a avaliação de muitos governos estaduais e municipais.

Em vários estados, governadores registram índices muito superiores. O governador do Paraná, Ratinho Júnior, aparece com aprovação próxima de 85%. Em Goiás, Ronaldo Caiado mantém índices ao redor de 80%. Esse desempenho dialoga com uma tradição política local: antes dele, Marconi Perillo foi eleito quatro vezes governador de Goiás, sinal de que o reconhecimento popular por gestões bem avaliadas não é novidade no estado. Governadores como Tarcísio de Freitas, em São Paulo, Romeu Zema, em Minas Gerais, e Jorginho Mello, em Santa Catarina, também apresentam avaliações majoritariamente positivas.

O fenômeno não se limita aos estados. No Rio de Janeiro, Eduardo Paes mantém níveis elevados de aprovação após sucessivos mandatos à frente da prefeitura. Em São Paulo, o atual prefeito também aparece com avaliação positiva em pesquisas recentes. O mesmo ocorre em milhares de municípios brasileiros, onde prefeitos frequentemente superam os 50% de aprovação e conseguem se reeleger.

Há ainda exemplos históricos que ajudam a compreender esse contraste. Em Curitiba, as gestões de Jaime Lerner tornaram-se referência internacional de inovação urbana. Em São Paulo, uma sequência de governos estaduais iniciada com Franco Montoro e consolidada por Mário Covas, Geraldo Alckmin e mais recentemente João Doria produziu um longo ciclo de modernização administrativa. Em Santa Catarina, os governos de Luiz Henrique da Silveira redesenham a dinâmica econômica do estado em meio à guerra fiscal, ajudando a transformar Santa Catarina em uma das economias mais dinâmicas do país após décadas de continuidade administrativa bem-sucedida.

Esse conjunto de exemplos levanta uma pergunta raramente discutida com profundidade. Se tantos governos estaduais e municipais conseguem reconhecimento popular elevado, por que o poder federal costuma ser muito pior avaliado? E por que essa avaliação negativa atinge também o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal, frequentemente entre as instituições de menor confiança pública?

Parte da resposta está na escala e na natureza do poder federal. O orçamento da União ultrapassa R\$ 6,25 trilhões, mas apenas cerca de R\$ 89 bilhões ficam disponíveis para investimentos diretos. Ao mesmo tempo, estima-se que R\$ 1,7 trilhão em investimentos privados permaneçam travados no país, bloqueados por licenças ambientais federais lentas, burocracia excessiva e insegurança regulatória.

Forma-se assim uma percepção difícil de

ignorar. Uma montanha de recursos concentrada em Brasília convive com resultados difusos, decisões distantes e escândalos recorrentes que marcam a memória coletiva do eleitor.

Enquanto isso, estados e municípios operam com orçamentos menores e sob regras fiscais mais rígidas. A Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada no governo Fernando Henrique Cardoso, criou um marco decisivo para disciplinar as contas públicas. Mais tarde, as regras de controle do crescimento do gasto público reforçadas no governo Michel Temer aprofundaram essa lógica de responsabilidade.

Essas iniciativas representaram avanços institucionais importantes. Mas surgiu um paradoxo. Estados e municípios passaram a praticar com muito mais rigor essa disciplina fiscal do que o próprio governo federal que criou as regras.

A metáfora do espeto de pau reaparece.

Brasília concebeu os instrumentos de responsabilidade fiscal, mas quem mais os incorporou foram os governos regionais.

Há ainda outra dimensão pouco explorada. O Brasil produz inúmeras experiências bem-sucedidas de gestão pública em estados e cidades, mas essas iniciativas raramente são sistematicamente aproveitadas para orientar políticas nacionais. Boas práticas locais quase nunca são premiadas, difundidas e transformadas em programas federais.

Curiosamente, é justamente esse o método adotado por países como a China. Embora frequentemente descrita como centralizada, a governança chinesa estimula competição administrativa entre governos locais. Experiências bem-sucedidas em cidades como Lijiang, Jingdezhen ou Chengdu são avaliadas e ampliadas em escala nacional.

No Brasil ocorre quase o oposto. Em Brasília circula uma frase irônica segundo a qual inovar no governo pode ser ilegal porque não está previsto em lei. A consequência é uma cultura administrativa pouco aberta à aprendizagem institucional.

O resultado aparece nas pesquisas e na percepção social. O Brasil não é simplesmente um país mau governado. Há inúmeros exemplos de gestão eficaz nos estados e nos municípios. O que existe é uma crescente distância entre essa governança local e o funcionamento do poder central.

A política municipal e estadual costuma ser menos polarizada e mais orientada à solução de problemas concretos. Hospitais precisam funcionar, escolas precisam abrir e ruas precisam ser pavimentadas. Esse pragmatismo produz resultados visíveis.

No plano federal, a gestão é mais difusa e distante do cotidiano da população. Por isso a política nacional precisa compensar essa distância com direção estratégica e compromissos claros. O espaço para corrupção e abusos é muito maior. Contar planos de governo e de governança tornam-se essenciais, por tudo isso.

Se estados e municípios mostram que o Brasil pode ser bem governado, cabe aos candidatos nacionais demonstrar como pretendem aprender com essas experiências, utilizando a mesma lógica.

O país já possui bons exemplos de gestão pública. O desafio agora é fazer com que Brasília finalmente aprenda com o próprio Brasil.

***Vinícius Lummertz é Senior Fellow do Milken Institute, foi ministro do Turismo e secretário de Turismo e Viagens de São Paulo.**